

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0013143-39.2019.8.10.0001 APELANTE: PAULO RICARDO SÁ
ADVOGADO: MAXWELL SINKLER SALESNETO – MA9385-A APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADUAL RELATORA: DESEMBARGADORA SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO
REVISOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO JOAQUIM LIMA BONFIM EMENTA PENAL.
PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. ELEMENTOS DE
PROVA SUFICIENTES PARA A COMPROVAÇÃO DA AUTORIA DELITIVA. LAUDOS PERICIAIS
PRODUZIDOS NA FASE INQUISITIVA CORROBORADOS POR PROVA PRODUZIDA EM JUÍZO.
REDIMENSIONAMENTO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CONFISSÃO.
DOSIMETRIA REALIZADA CORRETAMENTE. RECURSO EM LIBERDADE. INDEFERIMENTO.
REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR PREENCHIDOS. AUSÊNCIA DE
ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA. CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. DESPROVIMENTO
DO APELO. I – O delito de organização criminosa se consuma com a
associação entre 4 (quatro) ou mais pessoas para a prática de crimes –
inclusive, de caráter transnacional – a pôr em risco, presumidamente, a
paz pública. Ademais, sua caracterização independe da efetiva prática de
qualquer ilícito pelos agentes reunidos na societas delinquentium,
bastando que seja demonstrado, no caso concreto, o animus associandi com a
finalidade de cometer crimes. II – Apurou-se nos autos que o apelante
integra organização criminosa, já que o Comando Vermelho se trata de
associação de mais de 4 (quatro) pessoas, incluindo as que foram
condenadas nos presentes autos, além de outros espalhados pelo país. III –
Constatou-se também a estruturação ordenada e a divisão de tarefas, ainda
que de maneira informal, dada a frequente menção à existência de órgãos de
comando superiores, captada nas ligações telefônicas supracitadas e
demonstrada pelo gráfico constante nos autos. Ao apelante competia,
inclusive, um papel de liderança na organização. IV – Não há que se falar
em redimensionamento da pena-base ou aplicação da atenuante de confissão
espontânea, visto que em nenhum momento o apelante confessou a prática
delituosa. V – É patente o risco à ordem pública, dada a gravidade
concreta das condutas praticadas pelo apelante, que exerce papel de
liderança da facção criminosa Comando Vermelho nesta capital, sendo
responsável pela aquisição e distribuição de armamentos para os
integrantes da citada organização criminosa, como provado, de forma
robusta, no presente feito. Desta feita, e levando em conta ainda que o
apelante permaneceu encarcerado durante toda a tramitação do processo,
deve ser mantida a custódia cautelar diante da não alteração da situação
fática (cláusula rebus sic stantibus). Precedentes. VI – Desprovimento da
apelação. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,
acordam os Desembargadores que integram da Terceira Câmara Criminal do
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade, e, em
conformidade com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conhecer e
negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Desembargadora
Relatora. Participaram do julgamento esta relatora e presidente da
Terceira Câmara Criminal, e os senhores Desembargadores Sebastião Joaquim
Lima Bonfim (revisor) e Gervásio Protásio dos Santos Júnior. Sala das
Sessões da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do
Maranhão, em São Luís-MA, julgamento finalizado aos vinte e três dias de
fevereiro de Dois Mil e Vinte e três. Desembargadora SÔNIA Maria AMARAL
Fernandes Ribeiro Presidente da Terceira Câmara Criminal e Relatora
(ApCrim 0013143-39.2019.8.10.0001, Rel. Desembargador (a) SONIA MARIA
AMARAL FERNANDES RIBEIRO, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 23/02/2023)